

## A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

Atamis Antonio Foschiera - UFT<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa apresentar discussões que ocorreram na década de 80 e 90, do século XX, sobre o meio rural brasileiro. Nesse período destacaram-se discussões sobre a modernização da agricultura e a inserção do capitalismo no campo. Para entendimento dessa problemática, apresenta-se de forma sintetizada o projeto de modernização agrícola, as conseqüências de sua implantação e, por fim, as críticas que recebeu.

Palavras-chave: Modernização. Agricultura. Capitalismo.

### ABSTRACT

The present article aims at presenting discussions about Brazilian rural areas in the 80's and early 90's, 20<sup>th</sup> century. Throughout that period discussions regarding agriculture modernization and capitalism insertion in rural areas were emphasized. For a better understanding of the topic, a summarized project of agriculture modernization, the consequences of its implementation and the criticism cast upon it are presented.

Keywords: Modernization. Agriculture. Capitalism.

### INTRODUÇÃO

Desde o século XVI até as décadas de 20/30 do século XX, o Brasil teve sua economia baseada na produção do campo, que era marcada pela utilização intensa de mão-de-obra e pouco investimento de capital. Segundo Muller (1989), nesse período, os debates sobre a organização do espaço rural no Brasil concentravam-se na relação latifúndio-minifúndio.

O latifúndio serviu de base para a ocupação do território brasileiro por intermédio das Capitanias Hereditárias e sua divisão em Sesmarias. Apesar das novas legislações sobre formas de acesso à terra<sup>2</sup>, que possibilitavam a posse dessa última em pequenas áreas, esse cenário pouco mudou até nossos dias. As grandes lavouras tinham produção monocultora voltada para o mercado externo. As pequenas lavouras plantavam para a subsistência e ocorrendo sobras de produção comercializavam-nas em mercado interno.

O período que se instaura posteriormente é marcado por instabilidades globais causadas, principalmente, pela crise surgida com a quebra da Bolsa de Nova Iorque e pela segunda guerra mundial. Instala-se uma nova ordem marcada pela bipolaridade mundial, fruto da ascensão pós-segunda guerra de duas potências rivais: Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Na defesa das economias liberais, liderada pelos EUA, ocorreu à incorporação de países subdesenvolvidos ao sistema capitalista internacional como uma via para se desenvolverem.

O subdesenvolvimento era apresentado como conseqüência do modo de vida tradicional existente nesses países. Eles precisavam adequar-se a um processo social mais moderno, adaptando-se aos avanços da tecnologia para poderem se desenvolver. Era, então, necessário provocar mudanças sociais que ocasionassem a utilização de

<sup>1</sup> Prof. Ms. do Curso de Geografia/Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins. Foschiera@uft.edu.br

<sup>2</sup> Ver C. PANINI. *Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei: 500 Anos de História Inacabada*. Ed. Paulinas, 1990.

métodos mais modernos de produção, que resultassem em elevação de renda *per capita* e melhoria do nível de vida, chegando dessa forma ao grau de desenvolvidos.

Na produção agrícola, fazia-se necessário a modernização tecnológica, que seria resultante da interação entre a indústria e o campo, levando às modificações na organização de produção, com alterações na composição e utilização do trabalho, refletindo a inserção do capitalismo na agricultura.

## 1 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Um novo modo de produzir no meio rural vai se destacar no Brasil a partir das décadas de 50/60. É uma produção que consome cada vez mais insumos industriais e, devido à incorporação de tecnologias modernas, vai causar grandes transformações no estilo da produção rural.

O novo modelo de produção passa a ter o capital como a principal variável produtiva, pois ao aumentar o investimento de capital sobre a produção tem-se condições de aumentar sua produtividade e, por conseguinte, sua lucratividade. Assim, em uma mesma área de terra e com menor uso de mão-de-obra poder-se-ia obter uma produção agrícola mais elevada, investindo-se capital na aquisição e utilização de produtos industriais.

Dessa forma, a agricultura no Brasil, que era praticada de forma tradicional com sua produção na dependência de fatores naturais e, ainda, na intensiva utilização de mão-de-obra, aos poucos vai se transformando, ficando cada vez mais subordinada à intervenção humana, por meio dos avanços tecnológicos. Esse processo de mudança no modo de produção agrícola ocorre paulatinamente com a introdução de máquinas e implementos agrícolas, de adubos químicos, de defensivos agrícolas (hoje agrotóxicos) etc. Todo esse processo é denominado de “modernização da agricultura.”

Para Fleischfresser,

...o conceito de modernização assume a conotação explícita de **modernização tecnológica**, significando que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorrem devido a adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtoras rurais e, portanto, adquiridas através do mercado (1988, p.11 - grifos da autora).

Outros autores agregam às mudanças tecnológicas, alterações na forma de trabalho e das relações sociais no campo, como também a introdução da forma capitalista de produção na agricultura. Por exemplo, como se identifica nas citações a seguir.

Modificações ocorridas na base técnica da produção, na substituição das bases técnicas tradicionalmente usadas por técnicas modernas. (...) que vão modificando a organização da produção (...) a composição e a utilização do trabalho. (...) não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura (GRAZIANO NETO, 1986, p.26-27).

O fenômeno modernização pode ser definido como o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. (...) um processo de modificações nas relações sociais de produção. (...) é a transformação capitalista da agricultura (BRUM, 1988, p.60).

Essa mudança produtiva denominada **modernização da agricultura** pretendia viabilizar o aumento da produção/produtividade agrícola, fornecer mais alimentos e matéria prima, expandir a área produtiva, liberar mão-de-obra do campo

para trabalhar no setor industrial e, ainda, conectar os subsistemas produtivos do sistema econômico-primário, secundário e terciário (SILVA, 1994).

Na prática, a modernização da agricultura proporcionou a intensificação da utilização dos produtos de origem industrial no campo, as indústrias aumentaram seu poder de influência sobre o setor agrícola. Ao ocorrer a consolidação do poder industrial sobre a agricultura, são as indústrias que passam a ditar as regras pelas quais a agricultura deve guiar-se. Segundo Malassis (*apud* GUIMARÃES, 1982, p.91), as características industriais passam a ser percebidas na produção agrícola, tais como o "espírito de inovação, cálculo econômico, divisão tecnológica do trabalho, elevado capital técnico por trabalhador, produção em massa e alta produtividade do trabalho".

Se anteriormente existia uma clara separação entre agricultura e indústria, na qual cada uma seguia princípios próprios e com características bem distintas, posteriormente, ambas passaram a andar interligadas e se complementarem. No entanto, essa ligação levou a uma subordinação da agricultura à indústria. Pode-se dizer que a agricultura passou a ser um ramo da indústria com os seguintes papéis nessa ligação. Primeiro, como consumidora de produtos industriais - que ocorre no momento da compra de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos químicos, etc. Segundo, como fornecedora de matéria-prima para transformação industrial - caso da soja que é transformada em óleo vegetal ou da cana-de-açúcar que pode originar o álcool, etc. De acordo Muller (1989), essa relação moderna entre agricultura e indústria é denominada **Complexo Agroindustrial**.

O processo de transformação agrícola ocorreu sem alterar a base fundiária do país, que se caracterizava por um lado, por um pequeno número latifúndios detentores de extensas áreas de terra e, por outro lado, por muitos minifúndios, que ocupavam uma percentagem pequena das terras brasileiras. Essa distribuição desproporcional gerou muitos conflitos sociais, tanto que no início dos anos 60 esses ocorriam praticamente em todas as regiões do Brasil, como nos mostra Grzybowski (1991, p.17):

As mobilizações de massa de trabalhadores rurais já eram comuns no período logo anterior ao Golpe Militar de 1964, através das Ligas Camponesas (Nordeste), das Associações de Lavradores e Sindicatos (Nordeste, Sudoeste e Goiás), do MASTER (Rio Grande do Sul).

Até um determinado momento, a distribuição desigual de terras era entendida como a causa da pobreza no campo. Porém, com a introdução de novos materiais e métodos de produção agrícola, passou-se a argumentar que a causa da pobreza no campo seria o modo tradicional de produção. Assim, mudou-se o eixo de debates: o problema não estaria mais na concentração fundiária - **problema social** - e, sim na ausência de modernização agrícola - **problema tecnológico**. A ocorrência da revolução tecnológica sem ocorrer alterações na estrutura agrária é o processo conhecido como "**modernização conservadora**".

A estratégia da modernização conservadora tem por objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (BRUM, 1988, p.54).

Essas transformações que vinham ocorrendo na agricultura não se deram sobre seu todo, foi sobre alguns produtos privilegiados. Todo o arsenal de produção montado para o novo modelo de produção agrícola foi utilizado para um pequeno número de produtos, que tinham no mercado internacional seu principal ponto de comercialização. Diminuiu-se drasticamente a policultura, passando-se a destacar a monocultura. Essa característica de predomínio quase que exclusivo de um determinado produto e com a finalidade de atender o mercado internacional, lhe concede o nome de modelo "**monocultor exportador**".

Outro ponto de destaque é que a utilização dos mecanismos modernos em algumas culturas não ocorreu em todas as fases da produção, ficando algumas dessas fases necessitando da intensiva utilização da força de trabalho humana, como era o caso do corte da cana-de-açúcar, a colheita de café, entre outros.

Esse modelo de produção tanto atingiu os produtos e produtores, como diferentes regiões de forma desigual. Somado a isso, em alguns casos (cana-de-açúcar, café etc.) nem todas as fases produtivas eram atingidas nesse modelo. Nesse sentido, Muller ressalta a ocorrência de uma **"modernização parcial"** da agricultura, que afetou toda sociedade. Para ele, **"a industrialização do campo foi parcial, sem dúvida, mas suas determinações foram gerais"** (1989, p.76).

Profundas transformações nas relações sociais de produção ocorreram no campo. Se antes, era preciso empregar elevada quantidade de mão-de-obra na produção, o novo modelo substituiu essa última por produtos industriais. Um homem, com o auxílio desses novos mecanismos industriais, passou a executar a tarefa que até então era realizada por vários braços humanos. Isso resultou em mão-de-obra excedente no campo. Os que se mantinham no campo passaram a trabalhar sem relação direta com a produção, vendendo sua força de trabalho, recebendo seus pagamentos em salários, tornando-se, dessa maneira, **"assalariados rurais"**.

Dentre os demais, que tiveram que abandonar seu local de trabalho, uns foram buscar trabalho nas cidades (êxodo rural), outros migraram para novas frentes agrícolas, na busca de terra para retirarem seu sustento e alguns se tornaram **trabalhadores temporários** (sazonal, bóia-fria, volante), migrando durante o ano para várias frentes de trabalho agrícola.

Apesar da modernização agrícola, nem toda a produção tornou-se capitalista, pois o próprio capital pode lançar mão da relação de trabalho e de produção não-capitalista (parceria, familiar) para produzir o capital (OLIVEIRA, 1990).

Em muitos casos, produtores familiares (não-capitalistas) passaram a produzir visando o mercado, vendendo seus produtos a empresas capitalistas que retiravam daí mais-valia. Ocorreu, dessa forma, a sujeição da renda da terra ao capital. Assim, esse passou a transformar a produção dessa área em produção capitalista. Por isso se diz que a modernização do campo (produção capitalista) se deu e se dá de **forma contraditória**.

Neste sentido Goreneder nos diz que:

O capitalismo, no seu relacionamento com outros meios de produção, vai mudando, se num certo momento precisa de modos de produção pré-capitalistas para acumular capital, para crescer, em outro momento, já crescido, já amadurecido, com outra tecnologia mais avançada, o que interessará a ele será dissolver esses modos de produção pré-capitalistas e reorganizar suas forças produtivas à maneira especificamente capitalista (GÖRENDER, 1987, p.17).

Todo o processo de modernização, brevemente caracterizado acima, estava conjugado a um aparato estrutural que embasava esse processo. O **"crédito rural"** que garantia financiamento a quem adotasse as novas regras de produção; os **"órgãos de extensão rural"** responsáveis por levarem novas tecnologias até os produtores; **"empresas de pesquisa"** encarregadas pela criação e adaptação de novas tecnologias; as **"cooperativas agrícolas"**, que entre várias funções, se encarregava da comercialização da produção; os **"sindicatos de trabalhadores rurais"** cooptados pelo governo, se detinham basicamente em uma função assistencialista, tirando o poder de protesto destes.

Essas estruturas<sup>3</sup>, sem relações diretas entre si, foram pontos essenciais para o desencadeamento da modernização da agricultura no Brasil.

<sup>3</sup>Essas estruturas não foram as únicas que serviram para a ocorrência da modernização da agricultura, mas para essa análise foram as que tiveram os papéis mais importantes.

## 1.1 - Crédito Agrícola

Para colocar em prática o projeto de transformação agrícola era de extrema importância fornecer condições financeiras aos produtores rurais. Por meio do crédito rural supervisionado, grandes quantidades de capitais em condições atraentes foram colocadas à disposição dos agricultores que se adequassem ao novo modelo agrícola.

Com o objetivo de melhorar as condições das famílias rurais, o crédito rural supervisionado era cedido após os técnicos fazerem um estudo das necessidades econômicas, agropecuárias e sociais de uma família, no qual se incluía os planos de administração da propriedade e do lar. Segundo relatório da ACAR de 1958, *"esse plano especifica as necessidades reais da família: compra de máquinas e ferramentas destinadas à lavoura, aquisição de adubos e sementes selecionadas, compra de um filtro e equipamentos de uso doméstico"* (FONSECA, 1985, p.59).

Anos depois, o crédito rural supervisionado passou a atender basicamente as necessidades de produção com ênfase no crédito que trouxesse impacto econômico. *"Era preciso ter retorno (...) Passa a haver um outro nível de recomendação técnica (de consumo de insumos industriais) diferente daqueles iniciais que eram mais relacionados à tração animal, adubação orgânica, etc."* (PADILHA, 1984, p.12).

Entram em cena os **pacotes tecnológicos** atrelados ao crédito rural. O financiamento da produção era aprovado desde que os agricultores adotassem certas normas técnicas pré-estabelecidas e se dispusessem a utilizar produtos industrializados, também recomendados pelos técnicos.

O pacote tecnológico consiste num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Desta forma, o pacote tecnológico passa a corresponder, na verdade, uma linha de montagem, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exige o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de uma certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (e máquinas) não pode ser rompida, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola (AGUIAR, 1986, p.17).

Dessa forma, o produtor que utiliza o financiamento agrícola na sua produção passava a depender de uma série de fatores externos à sua lavoura, entrando em um círculo vicioso e perdendo o domínio de sua produção.

A política de crédito rural teve um importante papel de transformação do campo, favorecendo a alteração do modo de produção agrícola tradicional pela produção moderna, que se utiliza da forma capitalista da exploração do trabalho.

## 1.2 - Extensão Rural Oficial

A Extensão Rural Oficial brasileira surgiu em Minas Gerais dentro de um plano do governo estadual que visava o desenvolvimento daquele Estado nos mais diversos setores. Por meio de um planejamento, buscavam-se alternativas para a superação do atraso econômico existente.

Entidades americanas, por intermédio da pessoa de Nelson Rockefeller, importante personagem político daquele país, promoveram um convênio com o governo Mineiro, no sentido de desenvolver o meio rural desse estado. *"Assim, em 06 de dezembro de 1948, foi assinado um convênio entre o governo do estado de Minas Gerais e a American International Association (AIA), fundando a Associação de Crédito e Assistência Rural, que iniciou suas atividades a 1º de janeiro de 1949"* (FONSECA, 1985, p.77).

Nesse sentido, técnicos americanos vieram ao Brasil treinar técnicos brasileiros e colaborar na coordenação do projeto. Inicialmente faz-se uma experiência em três cidades como forma preparatória de expansão desta ação para as demais localidades. Os profissionais se instalaram nessas cidades e passaram a atuar com o objetivo de melhorar o nível de vida rural. Para tanto, se viabilizou crédito aos pequenos lavradores e o acompanhamento das comunidades rurais por um agrônomo e por uma supervisora doméstica.

Alguns anos depois, esse projeto já era colocado em prática por vários estados brasileiros, gerando a necessidade de um órgão central que conduzisse os trabalhos no âmbito nacional. Desse modo, seria evitado que algumas das novas Associações se distanciassem da filosofia proposta. Isso ocorreu em junho de 1956, com a fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que foi em 1957 transformada na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER (FONSECA, 1985, p.113).

A idéia da modernização da agricultura passa a ser disseminada por todas as regiões do país, por meio de técnicos contratados pelas Associações que passavam a trabalhar junto aos produtores rurais.

Essa nova orientação de produção ocorreu baseada em estudos que procuravam entender o funcionamento do meio rural e buscava melhores formas de superar o atraso ali existente. Após vários estudos, percebeu-se uma grande diferença existente entre as sociedades rural e urbana. Por um lado, o setor urbano-considerado moderno e ideal-apresentava características progressivas, o que favoreceu a criatividade dos indivíduos e, conseqüentemente, facilitou a ocorrência de transformações.

Por outro lado, o setor rural se apresentava dividido em dois pólos. Um primeiro que tinha grande poder sobre as bases econômicas e só desfrutava as suas vantagens sociais, não contribuindo para a produção. E um segundo pólo de camponeses que produziam apenas para a sua própria subsistência. Ainda que houvesse especificidades nos papéis de cada um desses pólos, ambos possuíam visão e ação tradicional, sem grande poder de criatividade e com pouca aceitação à introdução de inovações.

A grande temática que se apresentava era de como interferir em uma sociedade tradicional e transformá-la numa sociedade moderna, que absorvesse inovações. Necessitava-se de uma mudança total na organização social desses grupos sociais, mudanças de ordem educacional e de ordem técnica. Para tanto, deveria acontecer uma aculturação dessas sociedades.

Everett Rogers<sup>4</sup>, sociólogo americano, apresentou a teoria da *Difusão de Inovações*, para o meio rural, segundo as peculiaridades da América Latina. Os estudos facilitariam a ocorrência da *"transferência de certos traços de cultura de uma das áreas civilizadas a outra não civilizada"* (FONSECA, 1985, p.44).

É nessa hora que o extensionista assume uma importante função. Ele é o responsável local pela implantação e acompanhamento de inovações junto aos produtores. O conhecimento obtido pelas pesquisas e repassado pelo extensionista aos produtores seria o instrumento que daria condições de desenvolvimento para o setor rural. Nesse sentido, os pesquisadores e técnicos seriam os principais responsáveis pelo progresso do setor.

O modelo pregava que o desenvolvimento estaria atrelado à utilização de técnicas apropriadas, não considerando as condições sócio-econômicas existentes. De acordo com Fonseca (1985, p.53), esse modelo *"parte do princípio de que as mudanças nas sociedades rurais se dão por interesses técnicos e não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessa sociedade"*. Fundamentados por essa idéia, os agentes envolvidos nesse modelo não teriam de se envolver nos conflitos sociais existentes. Eles deveriam entender a estrutura sócio-econômica presente como dada

<sup>4</sup> Pesquisador da Universidade de Stanford, sintetizou sua maneira de ver a modernização em obras como - *The Diffusion of Innovations* (1962) e *Modernization among Peasants* (1969).

(a-histórica) e, a partir dela tentar implantar o novo modelo produtivo proposto. Assim, era necessário alienar-se dos problemas sociais existentes e fazer um trabalho educacional de destruição do saber próprio dessas populações para a implantação de um saber produzido no exterior.

Nas décadas de 50/60 quando se estava implementando a extensão rural, o público alvo eram pequenos e médios produtores. Havia, ainda, nesse processo uma ênfase no envolvimento de toda a família com um teor técnico-social. Utilizou-se uma metodologia que priorizava os trabalhos com grupos de produtores. Dessa forma, os extensionistas conseguiam, de forma intensificada, abranger um maior número de produtores.

Nos anos 70, passou-se a dar ênfase ao desenvolvimento da produção/produtividade, visando uma ação mais economicista. Com o novo modelo produtivo já consolidado no campo, a atenção voltou-se, principalmente, para grandes e médios produtores, que já haviam absorvido suas idéias e utilizavam os pacotes tecnológicos para melhorar sua produção.

Os técnicos, preocupados com a lavoura e seus problemas produtivos, passaram a assistir os produtores principalmente de forma individual. Foi uma época em que muitos deles exerciam uma função de gabinete, receitando produtos químicos e elaborando projetos para a obtenção de crédito agrícola para os produtores.

### 1.3 - Pesquisa Agropecuária

Com as mudanças que vinham ocorrendo na agricultura nas décadas de 50/60, a pesquisa passa a ocupar uma posição de destaque no processo de transformação rural. No intuito de adequá-la aos novos padrões de produção e melhorar sua qualidade ela sofre uma reestruturação.

A pesquisa agropecuária, que até então estava "a cargo do Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária - DNPEA", é substituída por um sistema nacional de pesquisa agropecuária: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (AGUIAR, 1986).

Criou-se uma estrutura de pesquisa que vinha ao encontro das demais políticas governamentais, pois:

...esta estrutura, de empresa pública - como órgão central de um sistema nacional de pesquisa agropecuária, nos moldes preconizados pelo planejamento estatal autoritário - consagraria o novo papel da pesquisa agropecuária como instrumento específico de política econômica, o qual, articulados a outros instrumentos mantidos pelo Estado, viabilizaria, mais ainda, o ajustamento da agricultura brasileira ao processo de internacionalização da economia e dos recursos nacionais na dinâmica do capitalismo mundial (AGUIAR, 1986, p. 33-34).

Esse novo sistema de pesquisa era semelhante a vários outros que foram implantados na América Latina e África, os quais foram financiados por corporações e fundações transnacionais - *Ford Foundation, Rockefeller Foundation Development, etc.* - e constituíam os núcleos irradiadores dos pacotes tecnológicos em âmbito mundial. No Brasil, essa função passava a ser executada pelos centros nacionais da EMBRAPA. As pesquisas passam a ser realizadas, principalmente, em laboratórios no qual é criado um ambiente artificial que envolve a análise do objeto repetitivamente e sob vários enfoques. Desse modo, forja-se diferentes situações pelas quais poderia vir a passar quando fosse utilizado pelos produtores agrícolas. Após testados e aprovados seriam transmitidos aos extensionistas que se encarregariam de difundi-los aos produtores agrícolas.

#### 1.4 - Cooperativas Agrícolas

A forma cooperativa que vai ser praticada mundialmente, identificada posteriormente como a dos pioneiros de *Rochdale*, surge por meio de um núcleo operário, formado por pessoas que tinham participações em várias organizações populares. Ela é instalada em 1844 com o nome de *Friendly Society*, na cidade inglesa de *Rochdale*. Em seu estatuto os pioneiros estabeleceram seus princípios, que caracterizavam a nova instituição: a democracia, a livre adesão, a livre saída, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital e retorno das sobras (SCHNEIDER, 1991).

No setor rural brasileiro, o cooperativismo no estilo *Rochdale* vai surgir no Sul do país, a partir de 1892 por meio de imigrantes europeus. Ao longo dos anos, surgem cooperativas de crédito rural, de produtores de leite e de madeiros. Com a crise de 1929 surgem as vitivinícolas e com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1955) são criadas as cooperativas tritícolas e, posteriormente, com a expansão da soja são criadas as cooperativas de sojicultores (SCHNEIDER, 1991).

Na última metade do século XX, passou a predominar entre as cooperativas agrícolas um **modelo empresarial**, produto de um ajustamento das cooperativas ao novo modelo produtivo que estava emergindo no meio rural, tornando-se um importante instrumento na consagração do capitalismo no campo.

No momento em que as cooperativas passaram a se adequar ao novo modelo produtivo, composto por empresas capitalistas de capital financeiro nacional e internacional, em um mercado altamente competitivo, ocorreu uma reestruturação das cooperativas, que abandonaram certas práticas do cooperativismo e optaram pela racionalidade econômica.

Assim como nas organizações privadas, o que passou a nortear as cooperativas foi a procura do excedente econômico e da acumulação de capital. Esse fato se consolidou e acabou negando algumas doutrinas básicas do cooperativismo. Nesse sentido, Basso (1990, p.62) argumenta que as cooperativas empresariais nasceram e sempre foram dominadas por empresários-produtores rurais, residindo aí um elemento explicativo para os rumos que essas tomaram. Nelas participavam pequenos agricultores, médios e grandes produtores rurais, além de empresários urbanos/rurais, muitas vezes, conduzidos sem preocupação da diferenciação social existente. Eram pessoas com características, objetivos e expectativas diferentes. A cooperativa era formada por agricultores - inseridos num processo semi-capitalista de produção que objetivavam garantir a reprodução dos integrantes da unidade familiar - aliando-se aos empresários rurais. Esses últimos estavam inteiramente integrados ao sistema capitalista, utilizando-se das melhores tecnologias para a produção, com o objetivo de acumulação de capital. Mesmo assim muitos tinham a idéia que a cooperativa era formada por um todo homogêneo.

O Estado teve uma importante participação no desenvolvimento deste novo modelo cooperativista, por meio de incentivos governamentais, entre os quais se destacam o crédito cooperativo e auxílio na construção de armazéns para estocar a produção. Essa ação se adequava às novas políticas desenvolvimentistas que foram colocadas em prática pelo Governo.

Na visão de Beneti,

... as cooperativas representavam uma série de vantagens: a) reduziriam os custos operacionais e os gastos de circulação da produção; b) facultariam a compra de grãos; c) aportunizariam a difusão e incorporação de tecnologias avançadas e; d) garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura (*apud* DUARTE, 1985, p.39).

Na busca de um crescente acúmulo de capital, as cooperativas empresariais passaram a trabalhar com produtos que tinham boa aceitação comercial. Para tanto, era



necessário que seus fornecedores (produtores rurais) de matéria-prima (grãos) se adequassem à nova estrutura cooperativista. Assim, os produtores tiveram de especializar a produção, adequando suas lavouras aos novos padrões tecnológicos, abrindo caminho para o capital internacional, que penetrava no meio rural por meio da utilização de máquinas e implementos agrícolas, de adubos químicos e defensivos agrícolas, de sementes selecionadas, que estavam sob domínio principalmente de multinacionais.

O crédito cooperativo foi um estimulador para que muitos produtores se agregassem a estas organizações. Esse, aliado à assistência técnica, foi um importante meio de difusão do processo de modernização da agricultura. De acordo com Duarte (1985, p.62),

(...) na medida em que os mesmos são usufruídos, reforçam-se os laços de dependência com o capital financeiro através das cooperativas, pois as mesmas atuam como distribuidora de crédito estatal, como extensionistas rurais e como agências de propaganda necessária para modernização e desempenho adequado para as unidades de produção, inseridas na dinâmica de expansão do capitalismo no setor rural.

As cooperativas empresariais contaram sempre com o apoio do Estado, que muito investia nelas por representarem seus objetivos, através de crédito oficial e barato, favorecendo dessa forma, para que as mesmas se expandissem rapidamente.

Ao optar pelo modo empresarial de desenvolvimento, as cooperativas tiveram condições de se capitalizar e aumentar cada vez mais sua estrutura, por meio do produto excedente gerado em suas atividades comerciais e industriais que passavam a ser reinvestido nas mesmas.

### 1.5 - Sindicalismo Rural

No Brasil, a possibilidade de organização sindical para quem trabalha no campo teve seu processo inicial em 1903 por meio do Decreto 979 (FUCHTNER, 1980). Alguns sindicatos foram formados, mas eram todos de empregadores e se extinguíram rapidamente.

Uma nova legislação sobre o sindicalismo rural surgiu em 1944, proporcionando novas possibilidades de organização dos trabalhadores no campo. Por meio dos encargos burocráticos que deveriam ser seguidos segundo a ideologia da ordem e paz social, essa legislação atrelou os sindicatos aos interesses do governo.

Os grandes proprietários se opuseram a tal organização, dificultando sua formação e seu reconhecimento. Dessa forma, poucos sindicatos foram criados, até "1960 não existiam mais do que oito sindicatos rurais reconhecidos" (FUCHTNER, 1980).

Com a renúncia do então Presidente da República do Brasil, Jânio Quadros, e com a posse de seu vice, João Goulart, as organizações populares passaram a ganhar espaço no cenário político nacional e os sindicatos rurais multiplicaram-se rapidamente. O novo Governo, além de facilitar a oficialização dos sindicatos, propôs políticas para sua rápida expansão. Assim, em 1962 foram oficializados 100 sindicatos rurais e se pretendia criar, até 1964, com o auxílio do Ministério do Trabalho, mais dois mil. Ainda, em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG (FUCHTNER, 1980).

As forças sindicais rurais estavam divididas em três grupos. Os sindicatos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); os ligados à Igreja Católica Progressista que agiu por meio da Ação Popular (AP); e os ligados à Igreja Católica Conservadora<sup>5</sup>.

Com a tomada do poder pelos militares, os sindicatos sofreram intervenção governamental. Segundo Ricci (1994, p.9), *"logo após o golpe militar de 1964, o governo federal programou intervenção em 90% dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) criados entre 63 e 64."* Com essa atitude, o governo pretendia colocar os sindicatos à disposição de seus interesses, tirando-lhes o poder de oposição, tornando-os instrumento do desenvolvimento econômico pretendido para o país.

Os sindicatos passaram a ser prestadores de serviços a seus associados, servindo de instrumento de intermediação entre o Estado e os trabalhadores. Instituiu-se que cada município poderia ter um sindicato de trabalhadores rurais, que congregavam assalariados e pequenos produtores. Esses estariam congregados nos estados por uma federação e nacionalmente pela confederação<sup>6</sup>.

Dentre as atribuições que caberiam aos sindicatos, nos anos que se seguiram, podem-se destacar as atividades de assistência médica, hospitalar e farmacêutica obtidas por meio de convênios com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), encaminhamento de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais, concessão de bolsas de estudos para filhos de trabalhadores rurais etc.

Os sindicatos aliados aos interesses das políticas governamentais cumpriam uma função burocrática-assistencialista. Para Novaes (1991), os sindicatos baseavam-se em uma prática *"sindical de envio de correspondência"*, isto é, a ação sindical consistia em *"solicitar um levantamento nas áreas ou empresas que se manifestasse o litígio, enviá-las à Federação de seu Estado, para que ela encaminhasse à CONTAG. Essa por sua vez as encaminhava às autoridades competentes, cujas respostas faziam os mesmos percursos de volta"*.

## 2 - TIPIFICAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS APÓS A MODERNIZAÇÃO

Segundo Basso (1990), o critério para a definição dos produtores rurais era o tamanho da propriedade que possuíam. Assim, eles eram classificados como pequenos ou médios ou grandes produtores. Com a modernização da agricultura, o fator extensão territorial deixa de ser o mais determinante na produção. Passou a se entender que a produção passa a depender do capital. Consequentemente, quem investisse mais capital, em forma de tecnologias, teria maior produção/productividade. Dessa forma, a ênfase deixa de ser no tamanho da propriedade, pois o que passa a importar é o acompanhamento do desenvolvimento tecnológico agrícola. Fundamentados por esses pressupostos que Sorjo e Wilkinson (*apud* BASSO, 1990) classificam os produtores da modernização agrícola em três grupos: **empresas capitalistas, produtores familiares tecnificados e pequenos produtores pauperizados**.

As **empresas capitalistas** têm como característica marcante, a quase que completa separação entre os que detêm a propriedade dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho (assalariados). Elas têm um fim único: produzir mercadoria para o mercado e a busca de lucro. Outra característica dessas empresas é a grande utilização de tecnologias e uma pequena utilização de mão-de-obra. Essas também contam com o apoio do Estado, por se adequarem ao modelo de desenvolvimento por ele projetado.

Os **produtores familiares tecnificados** são aqueles que buscam o excedente na produção, mas necessitam reinvesti-los nessa produção, buscando sempre estar em condições de utilizar-se das tecnologias existentes. Caso não consigam manter-se em

<sup>5</sup> É importante destacar, também, a existência das Ligas Camponesas, principalmente no Nordeste, que era outra importante forma de organização dos trabalhadores do campo.

<sup>6</sup> Entidade Estadual - Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG); Entidade Nacional - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

constante renovação tecnológica tendem a se pauperizar. São produtores que estão ligados diretamente ao complexo agroindustrial, submetendo-se às suas imposições.

Os **pequenos produtores pauperizados** são aqueles que não conseguiram adequar-se à nova dinâmica imposta pelo processo modernizante ocorrido na agricultura. Encaixam-se também aqui, produtores que em outros tempos acompanharam tal processo, mas não tiveram condições de se manter nele.

### 3 - CRÍTICAS AO MODELO MODERNIZADOR

No fim da década de 70 e início de 80, aconteceu à ascensão da influência das organizações populares na vida política do país, em detrimento do poder ditatorial então existente. Foi um período marcado por protestos por reformas sociais (melhores salários, melhores condições de trabalho, reforma agrária etc) e pela abertura política (eleição direta em todos os níveis, liberdade de imprensa, anistia política aos exilados políticos etc.).

As organizações sociais fizeram duras críticas à política de modernização da agricultura, dizendo, pois argumentavam que as alterações sócio-econômicas por ela promovidas acabaram resultando na ampliação das diferenças sociais do país. Outro foco de críticas estava ligado a problemas ambientais que se intensificaram com a introdução da modernização agrícola. As críticas destacavam que esses acontecimentos ocorreram com o aval do Estado, ou em boa parte, financiados por ele. Assim, as críticas mostravam, por um lado, a ocorrência da ampliação da concentração tanto de terras como de capitais nas mãos de uma minoria e, por outro lado, a expropriação de vários outros produtores de suas próprias terras. Esses últimos foram, muitas vezes, colocados na condição de sem terras, de desempregados ou subempregados.

Muitos dos expropriados foram buscar uma nova vida na cidade (êxodo rural), onde grande parte deles acabou instalando-se nas periferias de centros urbanos, aumentando ainda mais os bolsões de miséria existentes. Esses expropriados acabaram trabalhando em subempregos ou não conseguiram emprego, contribuindo para o aumento da violência, da marginalidade, da prostituição, etc.

O incrível número de subempregos e desempregos existentes nas grandes capitais é o espelho da crueldade do capitalismo brasileiro e sua expansão na agricultura. É o 'capitalismo selvagem', segundo alguns, se bem que nas selvas a vida é bruta, mas não é discriminatória, nem desonesta (GRAZIANO NETO, 1986, p.58).

Muitos que saíram do campo procuraram se instalar em novas frentes agrícolas, alguns com êxito e outros com insucesso, ressurgindo novamente o problema de instabilidade de localização. Outros, agrupados nas beiras das estradas, organizaram-se politicamente e passaram a reivindicar terras para produção, revitalizando a luta em prol da reforma agrária.

A intensa derrubada de matas e florestas, a intensa erosão do solo, o assoreamento dos rios e poluição das águas, a diminuição de nascentes e mananciais de água, a intensa utilização de agrotóxicos nas lavouras são alguns dos problemas ambientais causados pela modernização agrícola no Brasil.

As estruturas que deram sustentação à modernização agrícola (crédito rural, cooperativas agrícolas, sindicalismo rural, pesquisa agropecuária e extensões rural) também sofreram uma releitura e várias críticas lhes couberam.

Graziano Neto (1986, p.48) mostra que *"apenas 20% dos produtores tiveram acesso ao crédito agrícola"*. Foschiera (1991) demonstra que ocorreu uma desproporcionalidade quanto a utilização e o rendimento do crédito. As propriedades de menos de 100 ha (89,6%) absorveram cerca de 36,6% do crédito, enquanto as de 1000 ha ou mais (0,9%) absorveram 21,4%. Enquanto os primeiros produziram 6,15 vezes mais que o crédito que dispunha, o segundo produziu 3,3 vezes mais.

Portanto, observa-se que uma pequena parcela de produtores rurais se apossou de uma grande quantidade de capital do Estado, ocorrendo a manutenção e fortalecimento da diferenciação social no campo, financiado pela política modernizante.

O grande crescimento das cooperativas agrícolas empresariais fez com que muitos associados não se sentissem integrados às mesmas, como diz Schneider (1991, p.224) "*tomaram-se meros 'clientes' de uma organização que percebiam não mais lhes pertencer*", pois uma minoria de associados obteve crescimento econômico e uma grande maioria dos associados não conseguia se capitalizar.

Na década de 80, intensificou-se, também, um debate avaliando o trabalho realizado pela extensão rural. Muitas críticas surgiram, envolvendo questões ambientais, econômicas e sociais. Essas expunham como muitas inovações tecnológicas, recomendadas pelos extensionistas, resultaram em uma série de problemas, como por exemplo, a degradação de solos, a contaminação do meio ambiente e a agressão aos recursos naturais (CAPORAL; BEBER, 1994). Segundo Olinger (1984), os extensionistas indicavam várias aplicações de produtos químicos sem necessidade, bem como orientavam a utilização excessiva de corretivos agrícolas, o que implicava em elevando custo de produção. Desse modo, os extensionistas difundiam a necessidade de comprar máquinas e equipamentos agrícolas potentes, para produtores que não tinham área e nem atividade compatível com tais.

Favaro (1996) analisa a ação dos extensionistas dentro da visão da comunicação. De acordo com o autor, havia uma relação de dominação dos extensionistas sobre os produtores, pois a comunicação entre eles era verticalizada: produtor buscava preparar o extensionista para uma sociedade capitalista.

Ainda de acordo com Favaro (1996), houve uma generalização do conceito de 'extensionista oficial'. Esse era concebido sempre como um funcionário ou um servidor do sistema e não como um portador de uma consciência crítica (FAVARO, 1996).

Fonseca (1985) ao estudar a Extensão Rural no Brasil concluiu que essa, por meio do apoio do Estado e com recursos de instituições internacionais, foi uma importante e sólida base para a implantação do capitalismo no campo.

As críticas feitas para os órgãos de pesquisa agrícola destacaram a sua desvinculação com a realidade dos produtores e dos ambientes produtivos. As pesquisas feitas em laboratórios, ao isolar os objetos pesquisados de seu ambiente natural, desconsideravam a influência de elementos típicos das áreas de lavouras.

A postura assumida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais transformou-nos em órgãos representativos, com funções burocráticas e ações corporativas. Esses deixaram as funções de representar e defender os interesses dos trabalhadores para se tornarem "*instrumento de desenvolvimento capitalista no país*" (MARTINS, 1979).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates que ocorreram nas décadas de 80 e 90 no Brasil sobre o meio rural tinham como um dos elementos centrais a modernização da agricultura e sua relação com a introdução do capitalismo no campo.

A proposta modernizante buscava superar a forma tradicional de produção e organização social existente no campo, incorporando-lhes a dinâmica capitalista de produção e de organização social. As mudanças seriam obtidas por intermédio da introdução de elementos externos às sociedades tradicionais, como novas tecnologias, acesso ao capital financeiro, presença de agentes de transformação social entre outros. Fazia-se necessário colocar em prática um processo de aculturação destas sociedades tradicionais.

Com a modernização da agricultura ampliou-se drasticamente a área produtiva, como também, a relação entre os setores primário, secundário e terciário de produção dando uma nova dinâmica à economia brasileira. Nesta relação, a produção agrícola ficava dependente do setor industrial, tanto no período pré-produto, como no pós-produto.

Muitas críticas foram feitas ao processo de modernização agrícola, principalmente no que tange a seus efeitos sociais e ambientais. A ampliação da concentração fundiária e de capital, a expropriação de um grande número de famílias do campo, a desvalorização da cultura tradicional são algumas das críticas sociais que foram feitas. A acelerada destruição da vegetação, grande perda da biodiversidade natural e poluições das águas e do solo são alguns dos pontos criticados na questão ambiental.

A modernização agrícola atingiu a sociedade brasileira como um todo, seja pela sua incorporação por um grupo de produtores e as mudanças nas relações de trabalho que causou no campo, ou pela migração do excedente de mão-de-obra para novas frentes agrícolas ou para os centros urbanos, ou, ainda, pela nova dinâmica industrial e comercial que proporcionou, bem como no oferecimento de uma série de novos produtos ao mercado consumidor oriundos da agroindustrialização ocorrente.

#### **BIBLIOGRAFIA**

AGUIAR, R.C. **Abriendo o Pacote Tecnológico**: Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis/CNPq, 1986.

BASSO, D. **A Relação entre Cooperativas e Produtores Rurais**: Uma Avaliação da Importância do Cooperativismo Empresarial para os Produtores Associados. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRJ, 1990. Dissertação. (Mest. Desenvolvimento Agrícola).

BRUM, A.J.B. **Modernização da Agricultura**: Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPORAL, F.R.; BEBER, J.A.C. **Por Uma Nova Extensão Rural**: Fugindo da Obsolência. **Ensaio e Debates**, p. 70-90, set/dez. 94.

DUARTE, L.M.G. **Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.** Porto Alegre: L&PM: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1985.

FONSECA, M.T.L. da. **A Extensão Rural no Brasil**: Um Projeto Educativo Para o Capital. São Paulo, Loyola, 1985 (Coleção Educação Popular) p. 59.

FOSCHIERA, M.J. **Alternativa para a Pequena Propriedade**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

FUCHTNER, H. **Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores**: Organização e Função Política. Trad.: Jehovanira Crysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

GRAZIANO NETO, F. **A Questão Agrária e Ecologia**: Crítica da Moderna Agricultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Série Revisão)

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3. ed. Petrópolis, Vozes/FASE, 1991. p. 17.

GUIMARÃES, P. **A Crise Agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (coleção O Mundo, hoje; v. 29).

MARTINS, H.H.T. de S. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: UCITEC, 1979.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC:EDUC, 1989. - (Estudos Rurais; 10).

NOVAES, R.R. Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural. In: BOITA Jr. (Org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.182.

OLINGER, G. **Extensão Rural e Política Agrícola**. Brasília, EMBRATER, 1984. (Leituras Seleccionadas - 4), p.12.

OLIVEIRA A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3. ed., São Paulo: Ática, 1990 (Série Princípios).

PADILHA, R. Historiando a Extensão do Paraná. In: ACARPA/EMATER-PR. **Relatório da Reunião Estadual Sobre Missão/Modelo Planejamento**. 12 a 16/03/84 empresa. Curitiba. 124 p. mimeografado. p.12.

RICCI, R. Terra de Ninguém: O Sistema Confederativo Rural em Crise. **Cadernos de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v.4, n.5, p. 7-23, dez. 1994.

SCHNEIDER, J.C. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991. (Cooperativismo, 29-30)

SILVA, J.G. da. **O que é Questão Agrária**. 18. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.